

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.597 - BA (2019/0295113-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : LUCAS BISPO DOS SANTOS
ADVOGADO : FLORISVALDO DE JESUS SILVA - BA059066
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 123):

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PACIENTE DENUNCIADO PELA PRÁTICA DELITIVA DESCRITA NO ARTIGO 33, LEI Nº 11.343/2006, ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO E ILICITUDE DA OPERAÇÃO POLICIAL. REVOGAÇÃO DA INTERNAÇÃO DO PACIENTE. INCULPADO EM LIBERDADE. ORDEM PREJUDICADA PELA PERDA DE OBJETO, NOS TERMOS DO ARTIGO 659 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos, em acórdão com a seguinte ementa (fl. 153):

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO JULGADO. PROCEDÊNCIA. EVIDENCIADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. ACOLHIMENTO DO PRESENTE RECURSO PARA APRECIAR O MÉRITO DO *WRIT*. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. MINISTÉRIO PÚBLICO LASTREOU A DENÚNCIA COM ACERVO PROBATÓRIO MÍNIMO, INCUMBINDO-SE EM COMPROVAR QUE OS FATOS NARRADOS CONFIGURAM INFRAÇÃO PENAL EM TESE E A SUA AUTORIA DELITIVA. INVIÁVEL A APRECIACÃO, EM SEDE DO PRESENTE *HABEAS CORPUS*, DA LICITUDE, OU NÃO, DAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS.

Nas razões do recurso, sustenta, em síntese, a ausência de justa causa para a ação penal, devendo, portanto, ser trancada.

Requer, liminarmente, a suspensão do trâmite da Ação Penal. No mérito, o reconhecimento da ilicitude dos elementos que lastreiam a acusação e, por conseguinte, o trancamento da referida Ação Penal, em trâmite na Comarca de Barra do Choça-BA.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa, em liminar, a suspensão de ação penal e, no mérito, o seu trancamento.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Nesse contexto, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário exame aprofundado da suficiência da cautelar atípica.

Assim, para garantir a eficácia plena das decisões dominantes na Turma, melhor o exame da questão por ocasião do julgamento definitivo de mérito.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator